

## TERMO DE REFERÊNCIA PADRÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL

SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – SEUMA

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO – COL/ CÉLULA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – CELAM

As instruções técnicas contidas no presente documento possuem como objetivo fornecer as informações básicas do empreendimento em análise, visando à concessão de seu Licenciamento.

O presente estudo deverá ser elaborado de forma a atender integralmente as informações referentes às diretrizes estabelecidas na Lei Complementar nº 0208 de 15 de julho de 2015 e as modificações promovidas pela Lei Complementar nº 0235 de 28 de junho de 2017 e Resolução CONAMA nº 237/97, bem como da Lei Complementar nº 062/2009 – PDPFOR, Lei Complementar nº 236/2017 – LPUOS e a Lei Complementar Nº 0270 de 02 de agosto de 2019 – Código da Cidade.

**Observação:** Em qualquer fase do licenciamento, havendo necessidade, o órgão ambiental poderá solicitar informações adicionais caso seja detectado incoerências e/ou mesmo que o estudo não contemple o exigido

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

- Nome ou Razão Social;
- CNPJ;
- Endereço;
- Nome do Representante Legal;
- CPF;
- Telefone;
- E-mail.

#### 1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

- Nome e/ou Razão Social;
- CNPJ e/ou RNP;
- Formação Profissional;
- Nº ART do Estudo (Especificando claramente as atividades desenvolvidas para subsidiar a confecção do EVA);
- Nº do Cadastro Técnico Municipal, emitido pelo Fortaleza Online;
- Endereço;
- Telefone;
- E-mail.

#### 1.3 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO OU ATIVIDADE

- Informar a localização (endereço completo);
- Descrever a solução de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- Descrever a natureza e o porte do empreendimento, indicando a área total em metros quadrados (m<sup>2</sup>) requeridos para o licenciamento ambiental, com plotagem sobre a base cartográfica do

Macrozoneamento de Ocupação Urbana constante no Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFOR (Lei Complementar nº 062/2009) e a classificação da Atividade conforme Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar nº 236/2017);

- Localização da Atividade Transformadora (AT) e suas Intervenções Ambientais (IA) na peça gráfica de zoneamento de Fortaleza, indicando todos os dados e elementos pertinentes à elaboração do projeto, tais como: os canais naturais e artificiais de escoamento das águas superficiais, etc.;
- Local de instalação do canteiro de obras;
- Alternativas Locacionais;
- Memorial descritivo detalhado da atividade, identificando todas as gerações e os tratamentos que serão dados às emissões atmosféricas, hídricas e de resíduos sólidos;
- Especificações técnicas de todos os equipamentos que serão utilizados no processo;
- Plano de recuperação das áreas, que porventura venham a ser degradadas por ocasião da implantação do empreendimento;
- Procedimentos necessários para limpeza da área (se houver);
- Cronograma de implantação do empreendimento.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA

As informações a serem abordadas neste item devem propiciar uma caracterização ambiental da área diretamente afetada (ADA), da área de influência direta (AID) e indireta (AII) do empreendimento, refletindo as condições atuais dos meios físico (geologia, solo, corpos hídricos, no contexto local e urbano), biótico (caracterização das espécies da vegetação e da fauna) e socioeconômico (análise regional da população tendo como referência os bairros).

As informações referentes ao meio físico deverão ser ilustradas em mapa básico de localização e contexto ambiental; as do meio biótico deverão constar em registros fotográficos; e o socioeconômico poderá ser representado por tabelas e/ou mapas. Recomenda-se ainda:

- Delimitar as áreas de influência direta (com ênfase na circunvizinhança) e indireta do empreendimento;
- Geomorfologia da área;
- Caracterização geológica e geotécnica;
- Caracterização dos solos na região;
- Caracterização da flora e da fauna;
- Recursos Hídricos;
- Localização e principais vias de acesso à área do empreendimento, com referência aos principais centropolarizadores da região;
- Caracterização da infraestrutura urbana existente;
- Demonstrar a compatibilidade do empreendimento com a legislação ambiental vigente -

Municipal, Estadual e Federal - mapeando as restrições à ocupação;

- Planos e Projetos Co-localizados;
- Viabilidade econômica;
- Viabilidade técnica para implantação do projeto proposto;
- Relatório fotográfico, contendo na legenda as coordenadas e a descrição do local fotografado.

## **2.2. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- Apresentação da análise (identificação, valoração e interpretação) dos prováveis impactos ambientais das fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento, determinado e justificados nos horizontes de tempo, considerando: impactos diretos e indiretos; benéficos e adversos, temporários, permanentes e cíclicos, a médio e longo prazos, reversíveis e irreversíveis, sinérgicos e cumulativos;
- Análise dos impactos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, localizada na área de atuação do empreendimento;
- Deverá ser apresentada, ainda, a metodologia empregada nos estudos e análises.

## **2.3. PROGRAMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Apresentação dos programas de acompanhamento da evolução dos impactos ambientais benéficos e adversos, causados pelo empreendimento nos sistemas terra, água e ar, considerando as fases do planejamento, instalação e operação. Apresentar no mínimo os seguintes planos com cronograma estimado de execução:

- 2.3.1 Plano de Compensação Ambiental;
- 2.3.2 Plano de Proteção ao Ambiente de Trabalho;
- 2.3.3 Plano de Proteção aos Recursos Hídricos (quando houver);
- 2.3.4 Plano Paisagístico;
- 2.3.5 Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil e de Demolição;
- 2.3.6 Projeto de Tratamento e Disposição Final dos Resíduos Gerados na ETE (quando houver).

## **2.4 MEDIDAS MITIGADORAS E CONTROLE AMBIENTAL**

- Apresentar os mecanismos de acompanhamento e controle da evolução dos impactos ambientais, positivos e negativos, ocasionados pelo empreendimento, considerando as fases de planejamento, implantação e operação;

- Detalhar as medidas que visem mitigar ou atender aos impactos adversos identificados ou previsíveis;
- Apresentar quadro - síntese, relacionando os impactos com as medidas propostas e cronograma de execução, indicando os responsáveis pela implementação das referidas medidas.

## 2.5 REBAIXAMENTO DO LENÇOL FREÁTICO

- Caso seja necessário o rebaixamento do lençol freático para implantação do empreendimento, deverá atender o disposto nos artigos 89 e 90 da Lei Complementar N° 270 de 02 de Agosto de 2019 - Código da Cidade do Município de Fortaleza, bem como deverão ser apresentados estudos e documentação complementar:
  - ✓ Apresentar Teste de Sondagem com indicação do lençol freático;
  - ✓ Especificar se o rebaixamento e, portanto, o lançamento de águas, será temporário ou contínuo/permanente. No caso de rebaixamento contínuo, apresentar proposta adequada de reúso ou realimentação do aquífero;
  - ✓ Informar a destinação das águas de rebaixamento de lençol freático, considerando que não é permitido o lançamento, temporário ou contínuo, na rede coletora de esgotos da concessionária dos serviços de água e esgoto;
  - ✓ Prever medidas de operação, prevenção e contingência em caso de acidentes.

### **Obs.:**

**Art.89** *O processo de rebaixamento do lençol freático deverá preservar as características geológicas do terreno e do seu entorno, e resguardar a segurança das edificações vizinhas.*

**Art.90** *O volume de água proveniente do rebaixamento do lençol freático deverá ter, preferencialmente, a função de realimentar o aquífero, e nos casos onde não é possível tecnicamente a realimentação do aquífero, é vedado o descarte em galerias pluviais, permitindo o seu bombeamento e armazenamento do volume de água para fins de aguação das áreas verdes do empreendimento ou áreas públicas situadas em sua proximidade ou outros usos indicados no estudo ambiental.*

## 3. LEGISLAÇÕES PERTINENTES, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- Apresentar as conclusões técnicas do estudo, ressaltando as possíveis medidas mitigadoras (adequações físicas) realizadas e/ou ações necessárias para que o empreendimento mantenha sua conformidade com os parâmetros legais.



#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Deverão ser relacionadas às referências bibliográficas consultadas para a realização do Estudo de Viabilidade Ambiental, incluindo a citação das fontes pesquisadas (textos, desenhos, mapas, gráficos, tabelas, fotografias, etc.).

#### 5. ANEXOS

- Anexar ao estudo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela elaboração do estudo;
- Anexar cópia do Cadastro Técnico Municipal, emitido pelo Fortaleza *Online*;
- Anexar registro fotográfico;
- Anexar documentação considerada necessária.